

CENTRAIS EÓLICAS SERRA DO ESPINHAÇO S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)
CNPJ 12.049.958/0001-56

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Permanecemos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais necessários.
Pindai, 17 de fevereiro de 2014

Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$				Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$					
Ativos	Nota Explicativa		Passivos e Patrimônio Líquido Circulantes	Nota Explicativa		Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$			
	31/12/13	31/12/12		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12		
Circulantes									
Caixa e equivalentes de caixa	3	40	Fornecedores	5	33.564	Despesas Gerais e administrativas	8	(191)	(4)
Aplicações financeiras	3	19.988	Financiamentos	6	51.228	Prejuízo antes dos impostos			
Outros créditos		131	Impostos a recolher		109	Resultado Financeiro			(191)
Total dos ativos circulantes		20.159	Total dos passivos circulantes		84.901	Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro			(4)
		3.863			5.705	Resultado Financeiro			
Não Circulantes			Patrimônio Líquido	7		Receitas financeiras			18
Imobilizado	4	79.633	Capital social		6.172	Despesas financeiras			(3)
Total dos ativos não circulantes		8.429	Reserva de capital		418	Total	9	(3)	13
		79.633	Prejuízos acumulados		(197)	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social			(194)
		8.429	Recurso para futuro aumento de capital		8.498	Imposto de renda e contribuição social	10		(4)
			Total do patrimônio líquido		14.891	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício			(194)
			Total dos Passivos do Patrimônio Líquido		99.792	Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído (Expressos em Reais - R\$)		(0,031)	0,001
Total dos Ativos		99.792			12.292	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
		12.292				Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$			
						Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R\$

Saldos em 31 de Dezembro de 2011	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital - Reserva de lucros e reservas a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio		Prejuízos acumulados	Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
			empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Prejuízos acumulados			
Aumento do capital social	7	6.172	409	(8)	5	401	6.172
Lucro líquido do exercício						5	5
Reconhecimento de pagamento baseado em ações					9		9
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		6.172	418	(3)	5	6.587	6.587
Recurso para futuro aumento de capital						8.498	8.498
Prejuízo do exercício					(194)		(194)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		6.172	418	(197)	8.498	14.891	14.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma

1. Informações Gerais: A Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Eólica Participações S.A. e que faz parte do "Grupo Renova" que representa as Companhias sob controle direto ou indireto da Renova Energia S.A. (holding final do "Grupo Renova"). A Companhia foi constituída em 30 de abril de 2010 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico "Serra do Espinhaço", localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda sua produção contratada por diversas distribuidoras de energia, no âmbito do Leilão de Energia Nova - 2011, Segundo Portaria nº 171 da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o período de autorização da Companhia é de 35 anos a partir de 22 de março de 2012. O parque está em fase de construção. Em 13 de agosto de 2012, a Companhia assinou o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia, por meio do qual, a Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de março de 2014.

Valor total do contrato	ser vendido por ano	Preço MWh	Con- tratado	Atua- lizado	Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
					Inicial	Final		
RS mil	MWh	RS	RS					
152.483	77.387	99,69	107,62	mar/14	dez/33	IPCA	jan/14	

A capacidade de produção instalada do parque eólico "Serra do Espinhaço" depois de concluído será de 18,5 MW. (*) Informação não auditada pelos auditores independentes. **Operação comercial:** A Companhia solicitou à ANEEL a concatenação do cronograma do início do fornecimento de energia do parque eólico com a entrada em operação das linhas de transmissão. De acordo com o despacho nº 571 de 11 de março de 2014, a ANEEL alterou o início do período de suprimento do contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR a fim de concatená-lo com a entrada em operação comercial de instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 19/2012, concedendo um prazo adicional de trinta dias para entrada em operação comercial, a contar da data de disponibilização das instalações de transmissão, mantendo assim o prazo de suprimento de 20 anos do contrato. A Companhia monitora e acompanha as obras das linhas de transmissão, e de acordo com o cronograma oficial da ANEEL as linhas de transmissão entram em operação em 21 de janeiro de 2015. A Companhia vem aplicando recursos significativos em obras de infraestrutura e na aquisição de bens destinados à produção de energia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 64.742 (2012, R\$ 1.842). A expectativa da Administração da Companhia é reverter esta situação através das receitas auferidas quando do início de suas operações. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e, para a finalização do projeto, objetivando o cumprimento dos compromissos de venda de energia já assumidos, dependerá de recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as políticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as políticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram aprovadas para conclusão pela Administração em 17 de fevereiro de 2014. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras e as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofreram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são: **4. Imobilizado (nota explicativa nº 4);** **5. Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 7);** **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **2.5.1. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da

transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Categoria de instrumentos financeiros:** A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. As categorias de instrumentos financeiros aplicadas à Companhia são: **a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia possui classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2013 o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa nº 3). **b) Outros passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 compreendem: **• Fornecedores** (nota explicativa nº 5); e **Financiamentos** (nota explicativa nº 6). **2.5.2. Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumulada quando necessário. O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável. Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. **2.5.3. Redução ao valor recuperável de ativos:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. **2.5.4. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **2.5.5. Resultados:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamento e com partes relacionadas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **2.5.6. Imposto de renda e contribuição social:** Para 31 de dezembro de 2013 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base no lucro real e em aliquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Para 31 de dezembro de 2012 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as aliquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. **2.5.7. Pagamento baseado em ações:** O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da entrega. O valor justo das opções concedidas determinado na data da entrega é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido ou capitalizado durante a construção do parque eólico, com base em estimativas da Administração da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade

de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Reserva de capital" que registrou o benefício aos empregados. **2.5.8. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos ou revisados:** No exercício de 2013, algumas novas normas emitidas e/ou revividas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entraram em vigor a partir do exercício de 2014 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras: 31/12/13 31/12/12 Bancos conta movimento 40 8 Aplicações financeiras 19.988 3.853 Total 20.028 3.861 Apresentados como: Caixa e equivalentes de caixa 19.988 - Aplicações financeiras 20.028 3.861 Total 39.988 3.861

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados às taxas que variam de 90% até 102% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

4. Imobilizado: Saldo em 31/12/11 Adições Saldo em 31/12/12 Adições Transfe- Saldo em rência 31/12/13

Imobilizado em curso - 67 67 400 - 467

Terenos - - - 7.627 804 8.431

Edificações, obras civis e benfeitorias - - - 377 14 - 391

Torres de medição - - - 30.927 6.269 37.196

Aerogeradores - - - 4.659 495 - 5.154

Equipamentos de subestação A ratear 409 1.307 1.716 2.355 - 4.071

Adiantamento a fornecedores 156 1.454 1.610 29.386 (7.073) 23.923

Total do ativo imobilizado 565 7.864 8.429 71.204 - 79.633

continua



—* continuação

CENTRAIS EÓLICAS SERRA DO ESPINHAÇO S.A.

(Companhia em fase pré-operacional) - CNPJ 12.049.958/0001-56

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma

Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos com a construção do parque eólico que serão unificados antes de sua entrada em operação. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

5. Fornecedores: 31/12/2013 31/12/2012
Fornecedores 33.564 3.902
O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2013 refere-se, basicamente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais para construção do parque eólico.

6. Financiamentos: 31/12/13 31/12/12
Encargos Principal Encargos Principal
Notas promissórias - Itau Unibanco 507 33.000 - -
BNDES - ponte (TJLP + 2,94% a.a.) 721 17.000 3 1.800
1.228 50.000 3 1.800

Movimentação: 31/12/13 31/12/12
Saldo Inicial 1.803 -
Financiamentos obtidos 60.200 1.800
Encargos financeiros capitalizados 1.425 3
Encargos financeiros pagos (200) -
Amortização de financiamento (12.000) -
Saldo final 51.228 1.803

Notas promissórias: Em 05 de novembro de 2013, a Companhia emitiu notas promissórias comerciais, para distribuição pública com estruturas restritas de colocação, no montante de R\$21.000 e nos termos da instrução CVM nº 476. Sobre as notas promissórias incidem juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI - Depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", acrescida exponencialmente de spread de 0,98% a.a. O vencimento das notas promissórias comerciais é de 180 (cento e oitenta) dias contados das respectivas datas de emissão, ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia. As notas promissórias possuem garantia fidejussória pela Companhia por meio de aval da controladora Renova Energia S.A. para a totalidade das obrigações a serem assumidas pela Companhia. Os recursos serão destinados à implementação do parque eólico Serra do Espinhaço. **BNDES (Curto Prazo):** Em 07 de junho de 2013, a Companhia assinou contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$11.000. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação do parque eólico Serra do Espinhaço. O vencimento do principal da dívida decorrente deste Contrato será pago ao BNDES em prestação única em 15 de junho de 2014, ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia. São garantias do financiamento o penhor de ações da controladora Renova Eólica Participações S.A., sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,88% ao ano mais TJLP. Esta operação estabelece que o Índice (patrimônio líquido/ativo total) da controladora Renova Energia S.A. deve ser igual ou superior a 0,25. Em 31 de dezembro de 2013 esse índice foi atingido.

7. Patrimônio Líquido: Capital social: A Renova Eólica Participações S.A. é o acionista controlador da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. Até 31 de outubro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a Companhia era controlada diretamente pela Renova Energia S.A., que naquela mesma data, aumentou o capital social na Renova Eólica Participações S.A. através de transferência da totalidade das ações da Companhia. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R\$6.172, e está representado por 6.172.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Transformação do tipo jurídico:** Em 31 de outubro de 2012, os acionistas da Companhia deliberaram transformar o tipo jurídico da sociedade empresária limitada em sociedade por ações, o capital fechado. **Integralização de capital:** Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia era de R\$100 (cem reais). Em 30 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital em R\$1.539, correspondente à emissão privada de 1.538.584 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia passou de R\$100 (cem reais) para R\$1.539. Em 31 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital em R\$4.633, correspondente à emissão privada de 4.633.316 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia passou de R\$1.539 para R\$6.172. **Reserva de capital:** Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu os custos dos serviços prestados em acordos firmados com os executivos do Grupo Renova (Companhias controladas direta ou indiretamente pela Renova Energia S.A.) através de pagamentos baseado em ações da sua controladora indireta Renova Energia S.A.

Apropriação do lucro: De acordo com o estatuto social da Companhia, as importâncias apropriadas à reserva de lucros são determinadas como segue: **a) Reserva legal:** A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido, até alcançar o limite de 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. **b) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido, após serem observados os prejuízos acumulados. **Recursos para futuro aumento de capital:** Os adiantamentos para futuro aumento de capital, de acordo com contrato, possuem características de irrevogabilidade e irretroatividade e minuta com quantidade fixa de ações a serem adquiridas. Desta forma a Companhia classificou esse adiantamento para futuro aumento de capital dentro do seu patrimônio líquido. Esses recursos foram aportados pela controladora Renova Eólica Participações S.A.

8. Despesas: 31/12/2013 31/12/2012
Serviços de terceiros (143) -
Aluguéis e arrendamentos (42) -
Outras (6) (4)
Total (191) (4)

9. Resultado Financeiro: 31/12/2013 31/12/2012
Receitas financeiras -
Rendimentos de aplicações financeiras - 18
Despesas financeiras - (3) (5)
Outras despesas financeiras - (3) (5)
Total (3) (5)

10. Imposto de Renda e Contribuição Social: 31/12/2013
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (194)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social 34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquotas da legislação 66
Fleito dos impostos diferidos não reconhecido sobre: -
Prejuízo fiscal e base negativa (66)

Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado
A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Conforme facultado pela legislação tributária, em 2012 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social, conforme quadro a seguir:

Imposto de renda e contribuição social: 31/12/12
Receitas financeiras 18
Base de cálculo 18
Alíquota efetiva - 24% (15% de IRPJ e 9% de CSLL) 24%
IRPJ e CSLL no resultado (4)
Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

11. Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. **a) Risco de Mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros. O financiamento captado pela Companhia possui como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP. Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribuímos a TJLP, levando em consideração

que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento sólido e investimentos voltados para a infraestrutura. **b) Análise de sensibilidade:** A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2013. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas. A análise de sensibilidade incluiu aplicações financeiras e financiamento com terceiro. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio.

	Risco	Impacto no resultado e patrimônio
Ativo financeiro		
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	(158)
Passivo financeiro		
Financiamentos	Alta do CDI	(271)
Notas promissórias	Alta da TJLP	(69)
Contratos BNDES		(518)
Total		

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Conforme mencionado na nota explicativa 1, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo e dependerá de recursos de acionistas e/ou financiamentos de terceiros para conclusão de seus compromissos de construção dos parques eólicos. **d) Operações com instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **e) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **f) Risco de escassez de vento:** Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências. **g) Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos e o nível hierárquico dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo representados por aplicações financeiras foram classificados como nível 2. O nível 2 é caracterizado como sem mercado ativo. Para um instrumento financeiro que não tenha mercado ativo o valor justo é apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreciação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outros instrumentos que sejam substancialmente o mesmo. **12. Cobertura de Seguros:** O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros contratados pela Companhia:

Objeto da garantia	Importância assegurada	Vigência	
		Início	Fim Segurado
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação (LEN 2011)	R\$3.459	05/12/2011	01/06/2014
13. Transações não Envolvendo Caixa: Durante o exercício de 2013 e 2012, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto essas transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:			
		31/12/2013	31/12/2012
Encargos financeiros capitalizados	1.425	-	-
Integralização de capital com ativo imobilizado pago pela sua controladora	-	-	927
Adição de imobilizado através do reconhecimento de pagamento baseado em ações de sua controladora indireta (Renova Energia)	-	-	9
Aquisição de imobilização em aberto junto a fornecedores	33.564	3.902	-
Rendimentos financeiros capitalizados	(346)	-	-
Integralização de capital com saldo de partes relacionadas	-	-	324

Diretoria

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto
Diretor Presidente

Ney Maron de Freitas
Diretor Técnico-Operacional e Diretor Administrativo e Financeiro

Reinaldo Cardoso da Silveira
CRC 014311-BA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.
Pindal - BA
Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Companhia"), em fase pré-operacional, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com

o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira da Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ênfase
Sem modificar nossa opinião, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 4 as demonstrações financeiras, a Companhia vem aplicando recursos significativos em obras de infraestrutura e na aquisição de bens destinados à produção de energia. De acordo com as projeções da administração, esses valores serão absorvidos pelas receitas de operações futuras. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e, para a finalização do projeto, objetivando o cumprimento dos compromissos de venda de energia já assumidos, dependerá de recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros.

Pindal, 17 de fevereiro de 2014
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC - nº 2SP 011.609/O-8-7F BA
José Luiz Santos Vaz Sampaio

Contador
CRC - BA 015.640/O-3

Deloitte.